

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Sr. GLAUBER BRAGA)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as privatizações propostas pelo Governo Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a realização de Audiência Pública para debater as privatizações propostas pelo Governo Federal.

Para esta Audiência Pública sugerimos os seguintes convidados:

1. Ministério de Minas e Energia;
2. Secretaria Especial do Programa de Parceiras de Investimentos do Governo Federal;
3. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF/RJ;
4. Associação dos Advogados da Caixa Econômica Federal;
5. Associação dos Bombeiros Militares do RJ;
6. Associação dos Empregados da Casa da Moeda do Brasil – ACMB;
7. Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL;
8. Associação dos Funcionários do Banco Nacional do Desenvolvimento – AFBNDES;

- 9.Associação dos Gestores Públicos do RJ;
- 10.Associação dos Guarda Portuários do Rio de Janeiro;
- 11.Associação dos servidores da Advocacia Geral da União – AGU;
- 12.Associação dos Servidores da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU;
- 13.Associação dos Servidores da Nuclep;
- 14.Associação dos Servidores do Arquivo Nacional;
- 15.Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- 16.Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;
- 17.Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF;
- 18.Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA;
- 19.Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;
- 20.CSP – Conlutas;
- 21.Federação do Vestuário do RJ;
- 22.Federação dos Servidores Públicos Municipais no Estado do Rio de Janeiro – FESEP;
- 23.Federação dos trabalhadores em Estabelecimento de Ensino – FETEE – RJ;
- 24.Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE);
- 25.Federação Nacional dos Portuários – FNP;
- 26.Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE;

- 27.Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil Original;
- 28.Federação Nacional dos Urbanitários;
- 29.Federação Única dos Petroleiros – FUP;
- 30.Frente Brasil Popular;
- 31.Frente Povo Sem Medo;
- 32.Intersindical Central da Classe Trabalhadora;
- 33.Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST;
- 34.Movimento dos Trabalhadores Sem Teto-MTST;
- 35.Representantes da Associação de Servidores Civis do Arsenal de Marinha;
- 36.Representantes da Auditoria Cidadã da Dívida Pública;
- 37.Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – RJ;
- 38.Representantes do Sindicato de Saneamento do RJ;
- 39.Sindicato dos Engenheiros do RJ;
- 40.Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro;
- 41.Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro;
- 42.Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro - SINDPETRO-RJ;
- 43.Sindicato dos trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDPREV/RJ;
- 44.Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região;
- 45.Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do RJ – SEPE;

- 46.Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle;
- 47.Sindicato Nacional dos Moedeiros;
- 48.União Nacional dos Servidores de Carreira das Agências Reguladoras Federais.

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal vem ampliando de forma enérgica medidas entreguistas que comprometem sobremaneira a soberania nacional. Empresas públicas ligadas aos setores de energia, transporte, portos e aeroportos estão na mira da política de desmonte do Estado brasileiro.

No momento em que o Governo Federal anuncia um déficit fiscal de mais de 150 bilhões devido à política de “austeridade” que se apresenta desastrosa, não se pode cogitar como solução a entrega das estatais brasileiras. Isso é um grande contrassenso.

Empresa como a Eletrobrás que garante a eficiência energética brasileira não pode ficar sob o domínio do mercado especulativo porque tem um papel socioeconômico fundamental para o desenvolvimento nacional, papel este, que trancende a relação mercadológica vivida pela iniciativa privada. Momentos de fragilidade econômica não podem servir para o enfraquecimento e entrega das nossas instituições.

O Poder Executivo apresentou no último dia 23 uma carteira com pelo menos 58 projetos que serão incorporados ao Programa de Parcerias e Investimentos. Essas Incorporações nada mais são do que a privatização das empresas públicas brasileiras.

Nem a Casa da Moeda do Brasil (CMB) ficou fora desse ataque.

Uma empresa pública estratégica fundada em 8 de março de 1694 que é composta por um corpo técnico de profissionais altamente qualificados e de reconhecimento mundial.

Privatizar a Casa da Moeda do Brasil é simplesmente renegar o patrimônio histórico e abrir mão de segurança Nacional, entregando a terceiros a responsabilidade de fabricar cédulas nacionais e demais serviços de segurança.

Diante do exposto, conto com os nobres pares para aprovar a Audiência Pública que debaterá as privatizações propostas pelo Governo Federal.

Sala das Comissões, em de de 2017.

Deputado GLAUBER BRAGA
Líder do Psol

Deputado JOSÉ GUIMARÃES
Líder da minoria

Deputada ALICE PORTUGAL
Líder do PCdoB

Deputado CARLOS ZARATTINI
Líder do PT

WEVERTON ROCHA
Líder do PDT

JOÃO DERLY
Líder da REDE